



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência  
Grupo de Monitoramento e Fiscalização  
do Sistema Prisional

## **GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL**

### **Supervisor**

Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann

### **Juíza Auxiliar da Presidência**

Carolina Ranzolin Nerbass Fretta

### **Juiz-Corregedor**

Rodrigo Tavares Martins

### **Juiz Cooperador Técnico**

Frederico Andrade Siegel

### **Secretária**

Mariane Stähelin da Silva

### **Servidores**

Cláudia Turnes da Silva Martins

João Roberto Lange de Lins Neves

Rafael Silva Rodrigues

Reni Machado Filho

### **Estagiários**

Alysson Lucas Delfino

Daniéli Bedin

Maicon Alexander Inácio Salles

## GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional foi instituído nos termos da Resolução n. 214/2015 do Conselho Nacional de Justiça, a fim de monitorar e fiscalizar o sistema carcerário, orientar o exercício da atividade jurisdicional criminal e de execução penal e desenvolver políticas e ações para reduzir as taxas de encarceramento definitivo e provisório, incentivando a adoção de alternativas penais em meio aberto, e para prevenir a reincidência criminal.

### INICIATIVAS EM 2018

1- REESTRUTURAÇÃO DO GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO	
<p><b>Atividades desenvolvidas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>articulação institucional para formulação do projeto de reestruturação;</li> <li>proposição de minutas das resoluções decorrentes – TJ ns. 12, 13 e 14 de 2018.</li> </ul>	
AÇÃO	RESULTADOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>Transformação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização em Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional – GMF (Resolução TJ n. 14/2018), com transferência das atribuições referentes ao Sistema Socioeducativo e à Justiça Juvenil para a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude – CEIJ (Resolução TJ n. 13/2018) e das atribuições referentes a mulheres em situação de violência doméstica e familiar para a nova Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID (Resolução TJ n. 12/2018).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especialização da competência do Grupo de Monitoramento e Fiscalização, com atribuições pertinentes somente ao sistema prisional.</li> <li>Concentração das atribuições de infância e juventude em única coordenadoria – CEIJ e das atribuições referentes a violência doméstica em coordenadoria especializada – CEVID.</li> <li>Mais atenção em cada área, por conseguinte, aos respectivos projetos e programas.</li> </ul>

2 - MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE PRESO PROVISÓRIO, CUMPRIDOR DE MEDIDA CAUTELAR E PRESO EM CUMPRIMENTO DE PENA		
<p><b>Atividades desenvolvidas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>apoio a magistrados para utilização de tornozeleira eletrônica, por meio de informações técnico-operacionais;</li> <li>articulação com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania para disponibilização do equipamento em maior número de comarcas.</li> </ul>		
NÚMERO DE COMARCAS COM TORNOZELEIRAS DISPONÍVEIS	NÚMERO DE PRESOS MONITORADOS	RESULTADOS
54 (de 111)	813: 501 provisórios e 312 do regime semiaberto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incremento, de fevereiro a outubro de 2018, no número de comarcas com tornozeleiras disponíveis – de 31 para 54 (74%) – e no número de tornozeleiras em uso – de 252 para 813 (322%).</li> </ul>



## INICIATIVAS EM 2018

### 3 - IMPLANTAÇÃO DO BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES – BNMP 2.0

#### Atividades desenvolvidas:

- coordenação, em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça e a Diretoria de Tecnologia da Informação, para implantação e definição de atos e procedimentos e padronização de rotinas;
- coordenação da regularização do acervo de mandados de prisão e de documentos referentes às prisões em curso.

#### ALGUMAS FUNCIONALIDADES DO BNMP 2.0

- Identificação, em tempo real e de forma individualizada, das pessoas privadas de liberdade, procuradas e foragidas, a partir de listagem nominal e identificação única, com atribuição de um número de Registro Judiciário Individual – RJI para cada preso.
- Produção de estatísticas seguras a respeito do cumprimento das ordens de prisão e da população prisional.

#### RESULTADOS

- Regularização do acervo: comunicação ao BNMP 2.0 de cerca de 7.000 mandados de prisão e de 20.000 prisões.

### 4 - IMPLANTAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA REGIONALIZADA

#### Atividades desenvolvidas:

- articulação interinstitucional para concepção da estratégia de regionalização da audiência de custódia, com formação de comarcas-sedes e comarcas integradas;
- elaboração de fluxos processuais específicos para realização da audiência nas comarcas-sedes e nas comarcas integradas;
- elaboração de curso em modalidade virtual sobre audiência de custódia regionalizada, em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação.

#### IMPLANTAÇÃO

#### ÂMBITO

#### RESULTADOS

15-10-2018

Todas as comarcas do Poder Judiciário catarinense (111)

- Formação de regiões de audiência de custódia com comarcas-sedes e comarcas integradas.
- Realização da audiência somente nas 35 comarcas-sedes, a partir dos autos de prisão em flagrante locais e dos oriundos das respectivas comarcas integradas (76).
- Realização da audiência em todos os dias, inclusive no recesso.

### 5 - VISITAS TÉCNICAS A UNIDADES PRISIONAIS

#### UNIDADES

#### DATA

Presídio Regional de Itajaí

21-2



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina  
Gabinete da Presidência  
Grupo de Monitoramento e Fiscalização  
do Sistema Prisional

## INICIATIVAS EM 2018

6- OUTRAS AÇÕES DECORRENTES DAS RESOLUÇÕES N. 214 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (15-12-2015) E N. 7 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (17-2-2016)	
AÇÃO	QUANTITATIVO
Apuração de tortura, maus tratos ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes	17
Apuração de irregularidades formuladas em detrimento do sistema de justiça criminal	34
Acompanhamento de transferência de preso	32
Interlocução com órgãos externos para definição de procedimentos	11
Acompanhamento ou implementação de programas e projetos	12
Acompanhamento ou elaboração de convênios e atos normativos	5
Manifestação em consulta sobre temas afetos ao sistema prisional	4

7 - CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO – ACOMPANHAMENTO / RENOVAÇÃO / ARTICULAÇÃO	
NÚMERO CONVÊNIO	ASSUNTO
70/2018	Projeto “Mulheres Livres”
212/2012	Implantação das Centrais de Penas e Medidas Alternativas - CPMA
168/2013	Projeto “Rumo Novo”
123/2017	Aplicação do monitoramento eletrônico a preso provisório, cumpridor de medida cautelar e preso em cumprimento de pena
Em elaboração	Projeto “Voltando ao mundo do trabalho”
Em elaboração	Psicologia Jurídica, a marca do aprisionamento: construindo a liberdade psíquica na perspectiva da inclusão dos “egressos” através de atendimento psicológico

8 - PROMOÇÃO DE CURSOS E EVENTOS				
TIPO	TEMA	PÚBLICO-ALVO	LOCAL	DATA
Reunião	Implantação da Audiência de Custódia Regionalizada	Magistrados	TJSC	24-9
Curso	EAD – Audiência de Custódia	Magistrados, servidores e colaboradores do PJSC	EAD	5-11 a 16-12

9 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS				
TIPO	TEMA	PÚBLICO-ALVO	LOCAL	DATA
Seminário	2ª Mostra Laboral do Sistema Prisional Brasileiro	Membros e servidores de instituições que atuam no âmbito prisional	Florianópolis	24 a 26-7
Curso	Curso de Formação Inicial da Magistratura	Magistrados	Florianópolis	8-8

=====